



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação

PROJETO DE PESQUISA	
Professor/a: JOÃO GLICÉRIO DE OLIVEIRA FILHO	
Tema: Arbitragem empresarial: análise jurídica do acesso à justiça	
Área: Direito Privado	Linha de Pesquisa: Arbitragem Empresarial
Grupo de pesquisa: Arbitragem empresarial: Análise jurídica do acesso à justiça	
Participantes: João Glicério de Oliveira Filho, Bernardo Silva de Lima, Nilza Maria Costa dos Reis, Pablo Stolze Gagliano, Roxana Cardoso Brasileiro Borges, Técio Spínola Gomes (pesquisadores); Augusto Barbosa Santos Filho, Bernardo Sanjuán Borges, Bruno Mesquita Marback, Eric Bastos Deiró de Mello, Fernanda Rêgo Oliveira Dias, Fernando Sampaio Rodrigues, Marcela Varjão Guimarães, Muriel Cordeiro Silva, Paula Lima Cunha da Silva, Roberto de Oliveira Meyer Nascimento, Tiago Almeida Alves (estudantes).	
Objetivos: Estudar e discutir a arbitragem e seus elementos basilares, investigando a relação do instituto com o acesso à justiça e construindo posições tecnicamente sólidas em torno das controvérsias sobre as quais se debruçam as doutrinas nacional e estrangeira.	
Problema(s)	
A adoção da arbitragem para a resolução de conflitos vem crescendo significativamente no Brasil ao longo dos últimos vinte anos. As inovações legislativas garantiram maior eficácia e segurança jurídica ao instituto, ampliando a procura pela arbitragem e, com isso, o interesse pela pesquisa acerca dos procedimentos arbitrais. A proliferação da arbitragem empresarial, no entanto, ocorreu em amplitude significativamente reduzida nos estados do Nordeste brasileiro, onde o instituto permanece pouco conhecido mesmo dentro da comunidade jurídica. A isto, alia-se o fato de que a arbitragem, em decorrência de sua própria natureza, permanece em constante evolução, renovando-se continuamente frente às demandas empresariais. Verifica-se, por conseguinte, a necessidade da pesquisa e do debate em torno da arbitragem empresarial, de forma a dissecar os seu principais elementos e investigar as possibilidades do instituto no contexto nacional e internacional. Neste sentido, merecem destaque as inovações tecnológicas e legislativas na esfera arbitral, que passou por grandes transformações com a promulgação do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015) e da reforma da Lei de Arbitragem (Lei n. 13.129/15).	
Hipótese(s)	
Adota-se, como hipótese básica, a validade e a pertinência da arbitragem enquanto meio adequado para a promoção do acesso à justiça. Neste sentido, faz-se relevante submeter a debate as seguintes hipóteses secundárias:	
<ul style="list-style-type: none">- o caráter voluntário e flexível da arbitragem resulta em procedimentos e decisões com maior consonância em relação às necessidades e interesses das partes;- em regra, a arbitragem permite procedimentos mais céleres do que aqueles normalmente verificados no âmbito judicial;- a arbitragem cria meios e incentivos para a produção de decisões fundamentadas e tecnicamente especializadas;- a arbitragem reduz os custos de transação, criando um benefício para as partes envolvidas e	

para toda a sociedade;

- a arbitragem possui vantagens não apenas no tocante à eficiência, mas também em seu aspecto ético.

Resultado(s) esperado(s)

Produção de artigos voltados para a arbitragem empresarial, a serem publicados em revistas jurídicas especializadas.

CRONOGRAMA

ANO	MAI	JUN	JUL/AGO	SET/OUT	NOV/DEZ	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN
2021/2022	2021	2021	2021	2021	2021	2022	2022	2022
Inscrições para o processo seletivo para Ingresso no grupo de pesquisa								
Seleção de pesquisadores para preenchimento das vagas disponibilizadas								
Condução das atividades do grupo de pesquisa								
Produção de artigos jurídicos								

BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ, Gladys Stella. **La mediación y el acceso a justicia**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2003.

BARRAL, Welber. **Arbitragem e seus mitos**. Florianópolis: OAB Editora, 2000.

BORGES, Antônio de M. OLIVEIRA, Luciana G. e. **O controle das práticas de arbitragem tributária internacional**. In: XV Congresso do CONPEDI/UEA - Manaus, 2006. Anais - CONPEDI, pgs. 4813-4835.

BORN, Gary B. **International Commercial Arbitration**. Vol 1. Wolters Kluwer Law & Business, 2009.

. International Arbitration – Law and Practice. Kluwer Law International, 2012.
BRAGUETTA, Adriana. A importância da Sede da Arbitragem – visão a partir do Brasil. Vol.I, in Coleção de Direito Internacional L.O. Baptista, Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
CÂMARA, Alexandre de Freitas. Arbitragem – Lei 9.307/96. 5ª Ed. Revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009.
CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Brian. Acesso à justiça . Porto Alegre: SAFE, 1988.
CARAMELO, António Sampaio. A disponibilidade do direito como critério de arbitrabilidade do litígio . Revista da Ordem dos Advogados, 2006, Ano 66, > Ano 66 - Vol. III - Dez. 2006, p.3-4.
CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96 . 3ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.
FICHTNER, José Antonio; MONTEIRO, André Luís. Aspectos processuais da ação de homologação de sentença arbitral estrangeira no Brasil . Temas de Arbitragem. Primeira Série. Rio de Janeiro: Renovar,2010.
GIARDINA, Andrea. The International Recognition and enforcement of arbitral awards nullified in the country of origin . Artigo extraído da Rivista de diritto internazionale private e processuale, n.2, Ano XXXVII, abril a junho de 2001.
KRÖLL, Stefan M.; MISTELIS, Loukas; VISCASILLAS, Pilar P.; ROGERS, Vikki M. International Arbitration and International Commercial Law: Synergy, Convergence and Evolution . Kluwer Law International, 2011.
LEITE, Eduardo de Oliveira. Grandes Temas da Atualidade – Mediação, Arbitragem e Conciliação . Vol.7. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
MARGHITOLA, Reto. Document Production in International Arbitration . International Arbitration Law Library 33. 2015.
MORAIS, José Luis Bolzan de. Mediação e arbitragem. Alternativas à Jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
PINHEIRO, Luís de Lima. Arbitragem Transnacional – a determinação do Estatuto da Arbitragem. Almedina: Coimbra.
REDFERN, Alan; HUNTER, J. Martin. International Arbitration . 5 ed. Oxford University Press, 2009.
SANTOS, Ricardo S. S. dos. Arbitragem e acesso à justiça . Revista Sequência. Florianópolis, SC. V. 27, n. 53, dez 2006, p.253-268.
WAINCYMER, Jeff. Procedure and Evidence in International Arbitration . Kluwer Law International, 2012.